

CAPACIDADE DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL EM MINAS GERAIS: DISTRIBUIÇÃO FEDERATIVA E TERRITORIAL

Daniel Santos Braga

Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG unidade Ibirité (docente)
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (doutorando)
danielsantosbraga@gmail.com

Introdução

Este estudo consiste na exposição inicial de resultados parciais de pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais e aborda desigualdades educacionais federativas e territoriais. A hipótese analítica considera que relações federativas no Brasil espelham e reforçam formas de desigualdades educacionais intrafederativas. A pesquisa trata de um tipo específico de desigualdade educacional: a capacidade institucional de atendimento protegido dos entes federativos. O recorte espacial é o estado de Minas Gerais e foram analisados 849 municípios (de um total de 853) que prestaram informações de receitas no ano de 2018.

De maneira geral, os trabalhos que tratam das condições de oferta educacional analisam as relações entre as condições escolares (infraestrutura escolar, gestão da escola, clima escolar etc.) e resultados educacionais (ALVES; XAVIER, 2017). Outros estudos têm se concentrado nas características de formação e remuneração de professores (JACOMINI; ALVES; CAMARGO, 2016). Essa literatura aborda a insuficiência das políticas de investimentos, avaliação e formação na melhoria das condições de equidade no sistema educacional do país. Estudos recentes tratam da distribuição da oferta de serviços públicos no federalismo brasileiro dentre os quais, a educação (MENEZES FILHO; KIRSCHBAUM, 2015), em relação as suas desigualdades (ARRETCHE, 2010).

A expansão da prestação de serviços nas últimas décadas atingiu regiões até então desassistidas. Em relação à educação escolar básica, as políticas de inclusão dos *outsiders* (ARRETCHE, 2018) se aproximaram de universalizar o atendimento nessa etapa. Indaga-se nesta pesquisa como assimetrias das condições socioeconômicas dos entes responsáveis pela oferta do ensino fundamental contribuem para obstaculizar maior igualdade nas condições de oferta da educação escolar.

Metodologia

A primeira seção analisou as características populacionais e do atendimento público do ensino fundamental nas cidades de Minas Gerais. Os dados foram obtidos nas estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2019 e do Censo Escolar (INEP, 2018). A segunda seção discutiu a distribuição da receita corrente líquida e os recursos vinculados à manutenção de desenvolvimento do ensino (MDE) dos municípios na sua relação com o número de matrículas, isto é, sua capacidade de atendimento educacional protegido (CAP). A receita corrente líquida foi medida pelo somatório das receitas das administrações municipais. Já a CAP foi calculada pela razão entre o montante dos recursos constitucionalmente vinculados somados às receitas advindas do FUNDEB e o total de estudantes matriculados no ensino fundamental público do município (DUARTE; FARIA, 2010). As receitas vinculadas à MDE *per capita* dos municípios foram dispostas na forma de uma relação entre a média e sua dispersão, padronizada para ser utilizada como *proxy* de classificação dos municípios quanto à capacidade de atendimento educacional protegido.

Resultados e Discussão

Em relação às características populacionais e do atendimento, a Tabela 1 demonstra a existência de grande número de pequenos municípios que têm percentual de matrículas expressivo.

Tabela 1 – Frequência de municípios mineiros e percentual de matrículas públicas no ensino fundamental por classe de tamanho por população, 2018

Classes	População	número de municípios	% matrículas	% matrículas estaduais*	% matrículas municipais*
1	<20.000	666	28,5	44,5	55,5
2	>20.000 e <50.000	115	17,6	51,5	48,5
3	>50.000 e <100.000	40	13,7	50,3	49,7
4	>100.000 e <500.000	28	23,5	48,4	51,6
5	>500.000	4	16,8	39,4	60,6
Total		853	100,0		

Fonte: elaborado a partir de INEP (2018) e IBGE (2019).

* Percentual de matrículas estaduais e municipais em relação ao total de matrículas públicas no ensino fundamental por classe de tamanho por população.

Nesses municípios, a rede municipal responde pela maior parte das matrículas do ensino fundamental (Tabela 2) e pela maior parte das matrículas rurais (Tabela 3).

Tabela 2 – Matrículas municipais e estaduais por etapa de ensino em Minas Gerais, 2018

Etapa		n municipal	% municipal	n estadual	% estadual
Válido	Educação infantil	584.075	32,9	561	0,02
	Anos iniciais do e.f.	817.377	46,0	370.780	18,1
	Anos finais do e.f.	304.660	17,1	701.291	34,2
	Ensino Médio	6.777	0,4	748.159	36,5
	EJA 1º segmento	20.266	1,1	1.478	0,1
	EJA 2º segmento	38.405	2,2	62.606	3,0
	EJA ensino médio	6.138	0,3	165.471	8,1
	Total	1.777.698	100%	2.050.346	100%
Omisso	Sistema	162.824		125.392	
Total		1.940.522		2.175.728	

Fonte: elaboração própria a partir de dados de INEP (2018).

Tabela 3 – Percentual de matrículas rurais do ensino fundamental por classe de tamanho por população, Minas Gerais, 2018

Classes	População	% matrículas rurais estaduais	% matrículas rurais municipais
1	<20.000	9,9	37,0
2	>20.000 e <50.000	6,1	21,0
3	>50.000 e <100.000	3,4	10,3
4	>100.000 e <500.000	0,9	8,3
5	>500.000	0	3,0
Total		20,4	79,6

Fonte: elaborado a partir de INEP (2018) e IBGE (2019).

A pesquisa aferiu que nesses municípios estão os maiores *déficits* de atendimento educacional de crianças de 6 a 14 anos (atendimento líquido de 91,9%). Por outro lado, a rede estadual está presente de maneira mais significativa nos municípios de porte populacional intermediário. Nestes estão as maiores taxas de atendimento líquido no ensino fundamental (96,7%).

Quanto à distribuição federativa do atendimento, os dados apontam que os municípios se responsabilizam, majoritariamente, pelas séries iniciais enquanto o estado assume, majoritariamente, as séries finais do ensino fundamental. A mesma configuração se repete para a Educação de Jovens e Adultos.

Em relação à capacidade de atendimento educacional, foi possível concluir que a rede estadual tem papel importante na oferta de matrículas do ensino fundamental em Minas Gerais, sendo que os maiores percentuais de atendimento estadual em relação ao municipal estão em áreas com menor receita corrente líquida *per capita* do estado (Tabela 4). Porém, quando se consideram os municípios com menor capacidade própria, a rede estadual de Minas Gerais está, em geral, menos presente no atendimento do ensino fundamental.

Tabela 4 – Distribuição dos municípios mineiros e das matrículas por capacidade de Atendimento Protegido (CAP), 2018

CAP		número de municípios	% matrículas	% matrículas estaduais*	% matrículas municipais*
Válido	CAP muito baixa	5	0,1	15,14	84,86
	CAP baixa	172	15,2	43,19	56,81
	CAP média	532	61,8	49,83	50,17
	CAP alta	112	12,6	54,56	45,44
	CAP muito alta	28	10,2	44,60	55,40
Total		849	100%	48,84	51,16
Omisso	Sistema	4			
Total		853			

* Percentual de matrículas estaduais e municipais em relação ao total de matrículas públicas no ensino fundamental por agrupamento de CAP.

Fonte: elaborado a partir de dados de STN/FINBRA (2018) e INEP (2018).

A CAP dos municípios e o atendimento de ensino fundamental do estado também podem ser dispostas territorialmente. O mapa 1 da Figura 1 permite a visualização das concentrações de municípios com menores (faixas muito baixa e baixa) e maiores CAP (faixas muito alta e alta) agregadas. Já o mapa 2 permite a visualização espacial do percentual de atendimento da rede estadual no ensino fundamental.

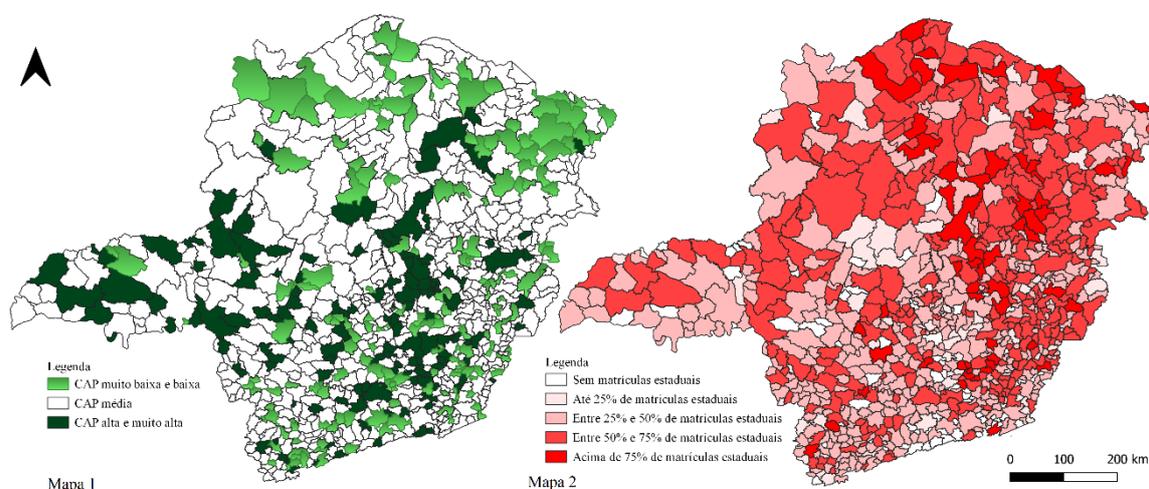


Figura 1 – Distribuição territorial dos municípios por sua CAP municipal e atendimento estadual do ensino fundamental, Minas Gerais, 2018

Fonte: elaboração própria a partir de dados de STN/FINBRA (2018) e INEP (2018).

Os municípios com mais recursos reservados para a educação estão em uma faixa que perpassa as regiões do Triângulo, Alto Paranaíba e Central no Mapa 1. Por outro lado, as cidades com menos recursos financeiros e orçamentários estão localizadas no Norte, Vale do Jequitinhonha e Mucuri. É possível notar também um número significativo de municípios com baixa CAP no Noroeste mineiro e na região do Sul de Minas, sendo que esta, geralmente é classificada dentre as mais ricas do estado.

A disposição do percentual de atendimento de ensino fundamental por parte da rede estadual (Mapa 2) parece sugerir a importância do papel do estado na oferta de matrículas do ensino fundamental em Minas Gerais. Uma vez que os municípios têm grandes disparidades socioeconômicas, e por conseguinte, grandes desigualdades de CAP, a rede estadual consegue, pelo menos em parte, fazer com que municípios mais pobres do estado tenham em seu território oferta de ensino fundamental na rede administrada pelo estado. Isso é notado no fato das tonalidades mais fortes do Mapa 2 da Figura 1 coincidirem com as regiões com menores PIB *per capita* de Minas Gerais.

Considerações finais

A pesquisa buscou contribuir para o campo de estudos sobre desigualdades educacionais ao subsidiar as análises das capacidades de atendimento protegido e sua relação com o sistema federativo, bem como sua distribuição territorial. São necessários novos estudos que avaliem as repercussões e interfaces das desigualdades de CAP em outras desigualdades educacionais tais como infraestrutura escolar, adequação da formação docente e remuneração de professores.

Referências

- ALVES, M. T. G.; XAVIER, F. P. (Coord.). *Desigualdades de aprendizado entre alunos das escolas públicas brasileiras: evidências da Prova Brasil (2007 a 2013)*. Brasília: Unesco, 2017. (Série Debates ED: educação, n.5).
- ARRETCHE, M.T.S. Federalismo e igualdade territorial: uma contradição em termos? *Dados*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 587-620, 2010.
- ARRETCHE, M.T.S. Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: a inclusão dos outsiders. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 33, n. 96, 2018.
- DUARTE, M.R.T.; FARIA, G.G. Capacidade institucional de atendimento protegido. *In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.
- IBGE. *Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 16 p. (Série Ibgeana).
- JACOMINI, Márcia A.; ALVES, T.; CAMARGO, Rúbens B.. Remuneração docente: desafios para o monitoramento da valorização dos professores brasileiros no contexto da Meta 17 do Plano Nacional de Educação. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, 24, 1-35., 2016.
- MENEZES FILHO, Naércio A.; KIRSCHBAUM, C. Educação e desigualdade no Brasil. *In: ARRETCHE, M. T. S. Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 109-132.